

Artigo:

A ascensão política da Ultradireita na América do Sul: um estudo sobre os casos Brasil e Argentina

The political rise of the far right in South America: a study of the cases of Brazil and Argentina

El ascenso político de la ultraderecha en Sudamérica: un estudio sobre los casos de Brasil y Argentina

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18091108>

Cáio César Nogueira Martins

Doutorando em Ciências Sociais pela UFJF,
caio.martins.007@hotmail.com

Edson Lugatti Silva Bissiati

Doutorando em Ciência Política pelo IESP, edbissiati@outlook.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender a ascensão de líderes ultradireitistas na América do Sul a partir da conjuntura política, econômica e social que levaram a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018 e Javier Milei como da Argentina em 2023. Metodologicamente optou-se pela realização de importante revisão bibliográfica sobre a temática. A partir dos autores estudados é possível verificar que a eleição destes líderes ocorreu a partir de fatores comuns aos dois países. Em ambos os casos, a insatisfação popular, a crise de representatividade e a retórica antissistema foram fundamentais. A falta de confiança nas elites políticas tradicionais e a percepção de que os sistemas democráticos não estavam atendendo às necessidades da população contribuíram para o apoio a ambos presidenciáveis, que se apresentaram como alternativas “fora do sistema”. Ante a essa realidade conjuntural, tanto Bolsonaro quanto Milei utilizaram as redes sociais de maneira estratégica para expandir suas bases de apoio, aproveitando a popularidade dessas plataformas para se comunicar diretamente com a população e contornar a mídia tradicional. Em termos de conteúdo, as propostas de ambos líderes refletiram as características típicas da ultradireita. Bolsonaro se destacou por suas posições conservadoras em relação aos valores morais e a segurança pública, enquanto Milei adotou uma postura mais voltada para a economia ultraliberal. Assim, conclui-se que o sucesso de líderes ultradireitistas na América do Sul reflete um contexto de insatisfação generalizada com a política tradicional, onde o uso das redes sociais e o discurso antissistema foram elementos-chave para a consolidação de suas bases eleitorais.

Palavras-Chave: Argentina. Brasil. Ultradireita.

Abstract

The present work aims to understand the rise of ultra-rightist leaders in South America, focusing on analyzing the political, economic and social situation that led to the election of Jair Bolsonaro as president of Brazil in 2018 and Javier Milei as president of Argentina in 2023. Methodologically It was decided to carry out a broad bibliographical review on the topic. From the authors studied, it is possible to verify that the rise of these leaders can be understood based on factors common to both countries. In both cases, popular dissatisfaction, the crisis of representation and anti-system rhetoric were fundamental. The lack of trust in traditional political elites and the perception that democratic systems were not meeting the needs of the population contributed to support for these leaders, who presented themselves as “outside the system” alternatives. Faced with this current reality, both Bolsonaro and Milei used social networks strategically to expand their support bases, taking advantage of the popularity of these platforms to communicate directly with the population and bypass traditional media. In terms of content, the proposals of both leaders reflected the typical characteristics of the ultra-right, Bolsonaro stood out for his conservative positions in relation to moral values and public security, while Milei adopted a stance more focused on the ultra-liberal economy. It is concluded that the success of ultra-right leaders in South America reflects a context of widespread dissatisfaction with traditional politics, where the use of social networks and anti-system discourse were key elements in consolidating their electoral bases.

Key-words: Argentina. Brazil. Ultraright.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo comprender el ascenso de los líderes ultraderechistas en Sudamérica, enfocándose en analizar la situación política, económica y social que llevó a la elección de Jair Bolsonaro como presidente de Brasil en 2018 y de Javier Milei como presidente de Argentina en 2023. Metodológicamente se decidió realizar una amplia revisión bibliográfica sobre el tema. De los autores estudiados se puede comprobar que el ascenso de estos líderes puede entenderse a partir de factores comunes a ambos países. En ambos casos, el descontento popular, la crisis de representación y la retórica antisistema fueron fundamentales. La falta de confianza en las elites políticas tradicionales y la percepción de que los sistemas democráticos no satisfacían las necesidades de la población contribuyeron al apoyo a estos líderes, quienes se presentaron como alternativas “fuera del sistema”. Frente esta realidad actual, tanto Bolsonaro como Milei utilizaron estratégicamente las redes sociales para ampliar sus bases de apoyo, aprovechando la popularidad de estas plataformas para comunicarse directamente con la población y sortear los medios tradicionales. En términos de contenido, las propuestas de ambos líderes reflejaron las características típicas de la ultraderecha, Bolsonaro destacó por sus posiciones conservadoras en relación a los valores morales y la seguridad pública, mientras que Milei adoptó una postura más centrada en la ultraliberal. economía. Se concluye que el éxito de los líderes de ultraderecha en Sudamérica refleja un contexto de insatisfacción generalizada con la política tradicional, donde el uso de las redes sociales y el discurso antisistema fueron elementos claves para consolidar sus bases electorales.

Palabras clave: Argentina. Brasil. Ultraderecha.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Ocidente tem se deparado com um fenômeno de fortalecimento dos movimentos de ultradireita nas democracias, que inclusive vêm alçando políticos com posicionamentos extremistas não apenas aos parlamentos, mas a cargos de Chefes de Estado. Especificamente no caso da América do Sul, o fenômeno tem despertado o interesse de diversos Cientistas Políticos, isso porque o histórico geopolítico da região é marcado por inúmeros golpes de estado, pela implantação de diferentes regimes autoritários – tanto de direita quanto de esquerda – bem como por frágeis processos de reestruturação democrática.

Para melhor compreender o que vem a ser o fenômeno em debate, imperioso rememorar que em termos políticos as expressões esquerda e direita remontam ao período da Revolução Francesa, datada do final do século XVIII. A luta dos franceses pelo fim dos privilégios da monarquia não só resultou na universalização dos direitos dos homens, como culminou no fortalecimento de um sistema pautado pela representatividade popular, tanto da elite quanto das classes menos abastadas, como os camponeses e proletários (BOBBIO, 2012).

As drásticas mudanças na sociedade francesa daquela época levaram a convocação da Assembleia Nacional para a confecção de uma nova carta constitucional. Nas deliberações da assembleia, aqueles parlamentares que defendiam posições favoráveis à conservação da ordem social tradicional, ou seja, a manutenção do regime monárquico e do papel da Igreja na moralização da sociedade sentavam-se à direita do presidente da sessão, enquanto os deputados que buscavam efetivar o fim dos privilégios da nobreza e do clero, as igualdades de todos os cidadãos perante as leis e as políticas de redistribuição de renda se agrupavam à esquerda do líder do congresso (BOBBIO, 2012).

Com o passar dos tempos, a dicotomia entre esquerda e direita tornou-se uma referência comum em debates políticos, não apenas na França, mas em todo o mundo. Durante o século XIX, à medida que os ideais revolucionários se espalhavam pela Europa, ambos termos passaram a ser disseminados no âmbito da política, sendo à esquerda associada a movimentos que defendiam reformas sociais, como o sufrágio universal, a educação pública e a proteção dos trabalhadores. No âmbito econômico, o socialismo e o comunismo, que emergiram como ideologias críticas ao capitalismo, foram classificados como bandeiras da esquerda (BOBBIO, 2012).

Por outro lado, a direita continuou a representar as forças que resistiam às mudanças oriundas dos anseios revolucionários, defendendo a manutenção de uma ordem social hierárquica, a propriedade privada e a permanência das instituições religiosas na vida pública. No campo da economia, bradavam em defesa do livre mercado com a preservação das liberdades individuais, princípios do que conhecemos como liberalismo econômico (BOBBIO, 2012).

Já no século XX, as distinções entre esquerda e direita se tornaram ainda mais complexas. Tanto a Revolução Russa quanto a criação da União Soviética marcaram um ponto de inflexão para a esquerda, que passou a se dividir entre social-democratas e comunistas. Enquanto o primeiro segmento buscava reformas dentro da estrutura democrática, o segundo defendia a revolução como instrumento para abolição do Estado e para instauração de uma sociedade onde não houvesse divisões em classes sociais. A direita, por sua vez, viu o nascimento de movimentos autoritários e fascistas que se opunham radicalmente ao socialismo e ao comunismo, propagandeando o nacionalismo extremo e impondo agendas racistas, sexistas e xenofóbicas (MUDDE, 2019).

Já no período da Guerra Fria, o mundo foi dividido em dois blocos ideológicos: o bloco Ocidental, liderado pelos Estados Unidos, que representava a direita capitalista e liberal; e o bloco Oriental, liderado pela União Soviética,

defensora da esquerda comunista. Essa divisão acentuou ainda mais a polarização entre os dois campos. Diante do fim da Guerra Fria as antigas distinções entre esquerda e direita passaram por uma reformulação. Atualmente, a esquerda continua a ser associada à defesa da justiça social, da igualdade e do estado de bem-estar social, enquanto a direita tem se enveredado na defesa da ordem, da tradição e do neoliberalismo, ou seja, de um conjunto de medidas que visam reduzir drasticamente o estado social, desregular o capital e favorecer a entrada de investimentos estrangeiros no país (MUDDE, 2019; BROWN, 2019).

Não menos relevante, há defensores da direita que se posicionam no extremo do espectro ideológico, são estes adeptos que analiticamente são enquadrados por estudiosos das Ciências Sociais como membros da ultradireita. Via de regra, defendem uma sociedade cujos valores estejam calcados na família tradicional, na religião e no total liberalismo econômico, combatendo a qualquer preço visões de mundo que possam destoar desse modelo. Não raras vezes esses defensores se valem de um sentimento de saudosismo por um passado idealizado, no qual julgam que os valores morais tradicionais se faziam mais presentes no seio social, mas foram se perdendo no decurso do tempo em função do avanço de pautas progressistas e assistencialistas vinculadas a esquerda (BROWN, 2019, MUDDE, 2019).

Assim, os políticos de ultradireita tendem a usar uma retórica inflamada e polarizadora direcionada as massas, frequentemente tecendo críticas ao *establishment*, atacando as instituições democráticas, desmoralizando seus adversários políticos (em especial a esquerda) e buscando anular grupos minoritários, os quais eles veem como uma ameaça a seu projeto de sociedade. Travam uma batalha do “Nós contra Eles”, aflorando medos e inseguranças na população. Esses políticos se apresentam como a única opção viável (ou a mais capacitada) para defender os interesses da maioria, se posicionando contra

uma elite política que julgam estar alheia aos anseios e as necessidades da população (BROWN, 2019, MUDDE, 2019).

A ascensão de líderes ultradireitistas no Cone Sul, como Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e Javier Milei na Argentina em 2023, representa um impacto político significativo que desafia as estruturas políticas tradicionais. Assim, este trabalho se propõe a analisar as particularidades conjunturais que possibilitaram a chegada ao poder desses dois líderes em contextos distintos, mas com características convergentes. Ao explorar os fatores sociais, econômicos e políticos que marcaram o Brasil e a Argentina será possível ter um panorama sobre como a insatisfação popular, a crise de representatividade e o discurso antissistema foram explorados para alça-los Presidentes da República.

A NOVA DIREITA BRASILEIRA E A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

A eleição de Jair Bolsonaro é um fenômeno complexo que, para ser compreendido, requer uma digressão histórica da política brasileira, tendo como ponto de partida o ano de 1964, quando as Forças Armadas assumiram o poder e instituíram no país um regime autoritário de direita que perdurou por mais de vinte anos. Sob a justificativa de que o país sofria ameaças comunistas, os militares implementaram um sistema de repressão calcado na restrição de liberdades individuais e dos direitos políticos, censura da classe artística e dos meios de comunicação, intimidações, torturas e desaparecimento de diversos opositores ao governo, em especial políticos, membros da imprensa e estudantes vinculados a movimentos de esquerda (SALLUM JR. 1996; FERREIRA & MARCHER, 2015).

Uma das formas utilizadas para garantir a centralização de poder nas mãos dos presidentes militares foi à adoção do chamado Federalismo de Integração. Implementado no ano de 1966, o projeto consistia em retirar a

autonomia política, militar e tributária dos estados e municípios brasileiros, tornando-os dependentes da União. Durante os anos de 1969 a 1973 o Federalismo de Integração trouxe resultados positivos, momento em que o país experimentou um período de grande crescimento econômico, o que em parte serviu para legitimar o governo perante a sociedade civil. (SALLUM JR. 1996; FERREIRA & MARCHER, 2015).

Contudo, em 1973 a Crise do Petróleo trouxe severas consequências para a economia brasileira, em especial o endividamento externo e o descontrole da inflação. As pressões internas e externas eram tamanhas, e os militares não vislumbraram outra saída senão uma lenta e gradual liberalização do federalismo, garantindo autonomia aos entes federativos e a flexibilização do sistema partidário (SALLUM JR. 1996).

Com o fim do regime ditatorial em 1985, o Brasil ingressou em um processo de redemocratização que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova Carta Magna foi elaborada com o objetivo de romper definitivamente com os anos de autoritarismo e violência estatal desmedida, instituindo uma série de direitos e garantias fundamentais em âmbito político, econômico e social.

Em discurso histórico registrado nos anais da Câmara dos Deputados, o deputado Ulysses Guimarães – filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, então presidente da Assembleia Constituinte, afirmou que a nova Constituição deveria ser um antídoto contra qualquer tipo de retorno a regimes totalitários, frisando que o povo brasileiro deveria ter ódio e nojo da ditadura.

A fala de Ulysses Guimarães reforçava um sentimento comum a uma parcela significativa da sociedade brasileira: a repulsa aos governos militares. Todavia, muitos dos apoiadores e beneficiários do regime continuaram a exercer atividades na política brasileira. Embora continuassem a defender os

valores conservadores, evitavam se associar abertamente ao regime ditatorial devido ao estigma negativo deixado pelos militares, dando origem a uma direita envergonhada de seu passado (NOBRE, 2022).

Durante a década de 1990, Fernando Collor de Mello – filiado ao então Partido da Reconstrução Nacional (PRN) –, e Fernando Henrique Cardoso – filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) –, desbancaram as candidaturas de esquerda e se elegeram Presidentes da República, simbolizando uma guinada do país para o centro, marcada pela efetivação de grande parcela das políticas instituídas pela nova Carta Magna, pela tentativa de controle da inflação através de vários planos econômicos (cujo sucesso só se obteve a partir de 1994, através do plano Real), bem como a implementação de um pacote de medidas neoliberais impostas pelo capital internacional. Essas medidas, embora tenham servido para estabilizar a economia, também geraram descontentamento em setores da sociedade, que sentiam que as políticas econômicas adotadas agravavam as desigualdades sociais e não atendiam às necessidades da população mais vulnerável.

Não menos relevante, ambos presidentes se viram envoltos a turbulências. No caso de Fernando Collor, além da medida impopular de confisco da poupança da população, Pedro Collor (irmão do então chefe do Executivo) fez sérias denúncias a *Revista Veja* sobre esquemas de corrupção envolvendo o presidente e Paulo César Farias (PC Farias), ex-tesoureiro da campanha e homem de confiança de Collor. Os avanços das investigações foram suficientes para macular a imagem do presidente e culminar em seu *impeachment*, reforçando a ideia de que os processos de redemocratização dos países do Cone Sul possuem suas fragilidades.

Já FHC enfrentou problemas como o aumento das taxas de desemprego, o endividamento internacional do país, o colapso da matriz energética, escândalos de corrupção envolvendo as privatizações de empresas, além de

denúncias sobre a suposta compra de parlamentares para a aprovação da Emenda Constitucional que permitiu a sua reeleição. Tais fatores dificultavam o Palácio do Planalto emplacar a candidatura do ex-ministro da saúde José Serra (PSDB).

Arelado a realidade interna do país, o desgaste do neoliberalismo, bem como a Onda Rosa que marcou a eleição de governos de esquerda em diversas partes do mundo contribuíram para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002. A vitória do ex-líder sindical deu início a uma era de governos de esquerda no Brasil que perdurou por quatorze anos (Lula I e II, Dilma I e II), implementando políticas sociais que buscaram reduzir a pobreza e a desigualdade (FERREIRA & MERCHER, 2015).

Durante os mandatos de Lula e sua apadrinhada política, Dilma Rousseff, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico e inclusão social, o que consolidou o apoio popular ao Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente entre as classes mais baixas. Paralelamente à ascensão do PT, o Brasil experimentou a democratização do acesso à internet. As redes sociais possibilitaram que indivíduos críticos ao sistema político e defensores de uma postura conservadora nos costumes e liberal na economia se articulassem e se organizassem no intuito de disseminar suas ideias e arregimentar novos simpatizantes. O grupo ganhou mais força à medida que os governos do PT se viram envoltos a escândalos de corrupção como o Mensalão e o Petrolão. Assim, emergiu uma nova direita apartidária, fortemente crítica ao governo, e que não se sentia mais representada pelos partidos de oposição como o PSDB (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

A insatisfação popular, fomentada por essa nova direita e amplificada pelas redes sociais, começou a ganhar força em 2013. Naquele ano, uma série de protestos tomou as ruas do Brasil, inicialmente motivados pelo aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente se expandindo para incluir uma

ampla gama de reivindicações como o fim da corrupção e do mau uso dos recursos públicos, bem como questionando a ineficácia dos serviços estatais. A articulação de lideranças dessa nova direita via redes sociais originou não apenas manifestações na capital paulista, como em diversas outras cidades espalhadas pelo país. (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

Ademais, no ano de 2014 o cenário político brasileiro foi abalado pela deflagração da Operação Lava Jato que, conduzida pelo juiz Sérgio Moro, revelou um esquema de desvio de recursos públicos envolvendo grandes empreiteiras, políticos de diversos partidos e funcionários de estatais, especialmente da Petrobras, culminando no encarceramento do ex-presidente Lula e engrossando o coro popular para a destituição de Dilma do poder. A pressão popular pela destituição da presidenta, associada a articulações políticas do vice-presidente da República e do então Presidente da Câmara dos Deputados com partidos de oposição e do centrão, levaram a abertura de processo de afastamento da chefe do Executivo por suposta prática de crimes de maquiagem das contas públicas (as chamadas Pedaladas Fiscais), culminando em seu *impeachment*, sendo substituída por Michel Temer, importante nome do partido MDB (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

No ano de 2018 a crise política e econômica que assolava o país foi um terreno fértil para o surgimento de várias candidaturas. Lula figurava como favorito pelos institutos de pesquisas, contudo importante destacar que havia grande incerteza quanto ao candidato petista que disputaria as eleições presidenciais. Isso porque a condenação do ex-presidente, ratificada pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região o tornava inelegível. Assim, o PT buscou judicializar sem sucesso o direito de Lula disputar a presidência, e tardiamente optou pelo lançamento da candidatura do ex-ministro da educação Fernando Haddad (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

Outra personalidade importante naquela eleição foi Jair Bolsonaro – então filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Embora o ex-capitão do Exército fosse um parlamentar experiente, sua incipiente atuação no Congresso Nacional sugestionava a imagem de um *outsider* na política. Polêmico em suas declarações e frequentemente convidado para participar de programas de entrevistas em emissoras de rádio/TV e *podcasts*, se apresentava defensor da ditadura de 1964, favorável ao armamento da população civil e contra os avanços das políticas públicas benéficas as minorias étnicas e de gênero (NOBRE, 2022).

Até meados da década de 2010 a atuação de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados se limitava a projetos sobre segurança pública e em prol das causas dos militares. Contudo, o parlamentar viu a possibilidade de se projetar nacionalmente ao encampar pautas conservadoras nos costumes, passando a se posicionar como avesso a corrupção, contra a velha política e defensor do agronegócio, da pátria e da família cristã. O candidato de ultradireita era uma das principais opções ao antipetismo e aos avanços das minorias indígena e LGBTQIA+. Para ele, não caberia a maioria se curvar diante dos direitos conquistados pelas minorias, pelo contrário, as minorias que deveriam se submeter as pautas defendidas pelos grupos majoritários (NOBRE, 2022).

Com a saída de Lula do páreo, as intenções de votos em Bolsonaro tomou a dianteira nas pesquisas eleitorais. Mesmo diante de um exíguo tempo de rádio/TV e baixo orçamento para custeio de campanha, o candidato focou no uso das redes sociais, em especial os aplicativos *Facebook* e *WhatsApp*. Aliado a essas ferramentas, a promessa de convite do juiz Sérgio Moro para ocupar o Ministério da Justiça foi um fator importante para a adesão de boa parte da população ao projeto de Bolsonaro para o país, que naquele momento apoiava as ações do magistrado a frente da Operação Lava Jato. Bolsonaro era palatável não apenas para as pessoas que se identificavam como partes da nova direita,

mas para a direita envergonhada, para os militares, os cristãos e os ruralistas, setores da sociedade que engrossavam o coro em apoio ao capitão nas redes (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

Um episódio inusitado serviu para blindar o candidato e fortalecer sua campanha. Enquanto o presidenciável era carregado nos ombros por apoiadores em evento realizado na cidade de Juiz de Fora/MG, um homem lhe desferiu uma facada no abdômen. Muito se especulou acerca de possíveis mandantes do atentado, todavia, após as investigações a Polícia Federal concluiu que Adélio Bispo agiu sozinho, sem a interferência de terceiros, e movido unicamente por convicções políticas e religiosas (DIEGUEZ, 2022).

O atentado contra a vida de Bolsonaro trouxe benefícios evidentes para o candidato, momento que as notícias sobre seu estado de saúde, bem como sobre as investigações do caso, tiveram ampla cobertura midiática, e que os demais candidatos precisaram frear as críticas ao ex-capitão, visto o clima de comoção e solidariedade em função do restabelecimento de sua saúde. Valendo-se de sua convalescença, Bolsonaro fugiu dos debates com opositores, se mantendo em uma zona de conforto (MOURA & COBERLLINI, 2019).

Outro fator preponderante naquela eleição foi à distribuição deliberada de Fake-news, ou seja, notícias sem base factual ou mentirosas utilizadas tanto para favorecer determinados candidatos, quanto para detratar seus adversários. Esse tipo de estratégia explorada pela campanha de Bolsonaro sempre esteve presente na política brasileira, todavia, a popularização dos *smartphones*, a democratização do acesso à Internet e o advento das redes sociais conseguiram ampliar a velocidade de disseminação desses boatos, contaminando sobremaneira a disputa eleitoral de 2018.

As previsões realizadas pelos principais institutos de pesquisa se confirmaram nas urnas. Realizado o Primeiro Turno das eleições, Jair Bolsonaro obteve 49.277.010 de votos (46,03% dos votos válidos), enquanto o

candidato petista Fernando Haddad recebeu 31.342.051 votos (29,28% dos votos válidos). Pela primeira vez um candidato vinculado a um partido nanico desbancava o PSDB e disputava as eleições de Segundo Turno contra o PT. Era o fim de uma polarização entre os dois partidos que vigorava no país desde 1994. Deflagrada as eleições em Segundo Turno, o candidato da ultradireita recebeu 57.797.847 votos (55,13% dos votos válidos), enquanto o petista obteve 47.040.906 votos (44,87% dos votos válidos) (TSE, 2024).

A eleição de Bolsonaro significou o retorno dos militares e da extrema-direita ao poder, além de romper com um padrão observado em outros pleitos, que se traduzia no que era apontado como as condições necessárias para alguém ser eleito presidente no Brasil: expressivo volume em dinheiro para financiamento de campanha e tempo razoável de propaganda no horário eleitoral. O sucesso nas urnas se deu sobremaneira graças a organização de uma militância atuante nas redes sociais, principalmente através dos aplicativos *Facebook* e *WhatsApp*, pelo antipetismo e pela crise de representatividade dos políticos tradicionais e das agremiações partidárias, evidenciada desde os protestos de 2013 (NOBRE, 2022).

O governo de Jair Bolsonaro teve como marcas a ascensão de três diferentes alas: militares, religiosos e intelectuais de direita, que ocuparam cargos no primeiro e segundo escalão. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro adotou uma postura confrontante, o que gerou tensões com diversos setores da sociedade e com instituições democráticas. As políticas ambientais, de saúde, e a gestão da pandemia de COVID-19 foram duramente criticadas, contribuindo para a queda de sua popularidade ao longo dos anos. A economia brasileira, que já enfrentava dificuldades antes da pandemia, sofreu ainda mais durante o período de confinamento. O desemprego, a inflação e as desigualdades, principalmente em função do progressivo desmonte dos

direitos dos grupos minoritários, acabaram minando a confiança da população no governo.

Além disso, a falta de articulação política de Bolsonaro com o Congresso Nacional e os frequentes conflitos com a mídia tradicional e com o Judiciário criaram um ambiente de instabilidade e dificultaram a aprovação de leis necessárias para a recuperação do país. É válido rememorar que Bolsonaro e seus filhos enfrentaram uma série de imbróglios como o esquema das “rachadinhas”, a possível ligação com as milícias cariocas; a demissão do Ministro da Justiça (ex-juiz Sergio Moro) por não atender os interesses pessoais do presidente; o aparelhamento do Ministério da Educação a pastores evangélicos, que supostamente praticavam tráfico de influência para a liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); denúncias de interferências ideológicas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a realização de reuniões com embaixadores estrangeiros para desacreditarem na lisura do TSE e das urnas eletrônicas (que meses mais tarde resultou em sua inelegibilidade); bem como apropriação pessoal de presentes recebidos pela Presidência da República.

A principal oposição ao governo Bolsonaro foi exercida por Lula e pela militância do PT. Imperioso lembrar que o ex-presidente só foi liberado da carceragem da Polícia Federal em Curitiba/PR em 2019, após o STF considerar inconstitucional a prisão de condenados pela justiça antes do trânsito em julgado da sentença. No ano de 2021 o ministro do STF Edson Fachin entendeu que os processos de Lula sobre o Triplex do Guarujá e o Sítio de Atibaia não guardava conexão com os desvios apurados pela Lava-Jato, anulando a condenação proferida pelo juiz Sérgio Moro. Consequentemente, o petista recuperou seus direitos políticos, fato este que possibilitou sua candidatura nas eleições de 2022.

As eleições de 2022 foram polarizadas em torno de Lula e Jair Bolsonaro - agora filiado ao Partido Liberal (PL). Lula capitalizou o descontentamento generalizado com Bolsonaro, prometendo um governo mais inclusivo e focado na retomada econômica. Sua campanha foi marcada por um discurso de união e de reconstrução, que atraiu eleitores insatisfeitos com os rumos do país passou a trilhar a partir da eleição do representante da ultradireita (NOBRE, 2022; DIEGUEZ, 2022).

Em uma acirrada disputa, novamente marcada pelo uso maciço das redes sociais e pela disseminação desenfreada de Fake-news, Lula obteve no Primeiro Turno das Eleições 57.259.504 votos (48,43% dos votos válidos), enquanto Jair Bolsonaro obteve 51.072.345 votos (43,20% dos votos válidos). Ambos candidatos caminharam para o Segundo Turno, momento em que o petista se sagrou vitorioso com 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos), e o candidato derrotado da ultradireita obteve 58.206.354 votos (49,10% dos votos válidos) (TSE 2024).

A derrota não foi recebida democraticamente pelos adeptos da ultradireita. Em 8 de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente realizaram atos violentos em Brasília, invadindo as sedes dos Três Poderes em uma tentativa de contestar o resultado das eleições. Esses eventos foram amplamente condenados pela mídia tradicional, sendo associados ao discurso inflamado de Bolsonaro durante e após a campanha eleitoral. Além disso, a revelação de uma minuta de golpe, que supostamente indicaria um plano para subverter o processo democrático, colocou Bolsonaro e seus aliados em uma posição ainda mais delicada frente o Poder Judiciário.

Embora a vitória de Lula tenha simbolizado o retorno da esquerda ao poder no Brasil, o país continua profundamente polarizado, com uma militância de direita consolidada e atuante nas principais redes sociais e em canais de *podcasts*. Desta maneira, não se pode subestimar a capacidade da

ultradireita de recuperar influência e poder, mesmo que Bolsonaro continue com seus direitos políticos suspensos. O cenário eleitoral segue incerto, e nomes apadrinhados pelo ex-presidente podem emergir no campo da disputa pelo Palácio do Planalto, mantendo o risco de uma nova ascensão de governos de ultradireita no país em razão do potencial poder de transferência de votos de Bolsonaro a seus afilhados políticos.

Tecidas tais ponderações acerca da ascensão da ultradireita no Brasil, será abordado o caso argentino, onde Javier Milei desbancou partidos tradicionais e com isso logrou êxito nas urnas.

A CRISE ARGENTINA E A ELEIÇÃO DE JAVIER MILEI

Assim como no caso do Brasil, a política na Argentina também é marcada por períodos de profunda instabilidade, alternância de poder entre regimes democráticos e ditaduras militares, e crises econômicas. Desta maneira, a compreensão sobre os fatores que levaram o país a eleição de um presidente que flerta com a ultradireita perpassa pela necessidade de recontar sua história a partir do ano de 1976, em que forças militares se uniram para derrocar o peronismo e implementar um regime antidemocrático, o qual denominaram como Processo de Reorganização Nacional. O regime buscou se legitimar através de um forte aparato burocrático repressor, perseguindo, torturando e desaparecendo com milhares de opositores. No âmbito econômico, os militares adotaram uma série de medidas neoliberais que causaram o endividamento internacional do país, o enfraquecimento dos sindicatos e agravaram as desigualdades sociais (FERREIRA & MERCHER, 2015).

Mesmo diante dos problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados pelo regime, a junta militar que governava o país optou por travar uma batalha contra o Reino Unido no intuito de promover a incorporação dos

arquipélogos das Malvinas, Georgia do Sul e Sandwich do Sul ao território argentino. Contudo, a derrota no conflito agravou a crise que, associada as pressões populares, levaram a derrocada do regime e a redemocratização do país (FERREIRA & MERCHER, 2015).

O processo de redemocratização do país foi iniciado no ano de 1983 com a eleição de Raúl Alfonsín, vinculado ao partido União Cívica Radical (UCR). Entretanto, a hiperinflação que assombrava a Argentina, associada ao aumento da dívida externa e o fracasso das tentativas de ajuste fiscal por parte do governo levaram ao retorno do peronismo ao poder 1989, através da eleição de Carlos Menem, membro do Partido Justicialista. (FERREIRA & MERCHER, 2015).

Inicialmente, Menem prometeu seguir políticas peronistas tradicionais, mas rapidamente adotou um modelo econômico neoliberal, implementando reformas de privatização em massa, abertura de mercado e convertibilidade da moeda com o dólar. O presidente trouxe um período de aparente estabilidade econômica, entretanto as privatizações resultaram no aumento dos índices de desemprego, e a paridade do peso argentino com o dólar levou a uma perda de competitividade econômica e ao aumento da dívida externa, naufragando ainda mais o país. Não menos relevante, o governo se encontrava envolto a escândalos de corrupção, sendo o mais impactante o suposto desvio de verbas públicas na usina hidrelétrica de Yacyretá. A construção que inicialmente previa gastos de 2,5 bilhões de dólares acabou custando quatro vezes mais. A postura do governo Menem reverberou a incapacidade do peronismo em continuar a expressar os movimentos populares da época, levando a eleição de um candidato de centro nas eleições de 1999 (CHACRA, 2020; STEFANONI, 2023).

Fernando de la Rúa foi eleito para suceder a Carlos Menem no ano de 1999, herdando uma economia em crise. O presidente tentou implementar

medidas de austeridade para controlar a dívida e o déficit fiscal, mas as políticas impopulares e a falta de apoio político resultaram em protestos massivos. Os protestos se tornaram ainda mais intensos à medida que a imprensa dava cobertura a suposta prática de suborno a senadores da situação e da oposição no intuito de aprovar uma reforma que visava flexibilizar as leis trabalhistas do país. Em 2001, a crise econômica se aprofundou, gerando altos índices de desemprego e pobreza, levando à renúncia de Fernando de la Rúa em meio a uma onda de protestos da população descontente com seu governo (STEFANONI, 2023; REBOSSIO, 2020).

Já no ano de 2003 o candidato Néstor Kirchner, peronista de centro-esquerda filiado ao Partido Justicialista, foi eleito presidente trazendo uma agenda de recuperação econômica e justiça social. Seu governo teve como marcas o anti-neoliberalismo, a renegociação da dívida externa, o estímulo ao crescimento econômico, a nomeação de juízes de prestígio para a Supremo Tribunal, além de ter dado espaço para a responsabilização dos militares acusados de crimes durante a ditadura militar. Tais marcas serviram para restaurar a confiança popular na democracia (STEFANONI, 2023; REBOSSIO, 2013).

A estabilidade política e econômica obtida no governo de Néstor Kirchner, foram suficientes para pavimentar o caminho de sua esposa à sucessão presidencial. No ano de 2007 Cristina Fernández de Kirchner foi eleita a primeira presidenta da Argentina, fazendo com que o kirchnerismo se consolidasse como uma força política de esquerda no país, através de uma política de intervenção estatal na economia, fortalecimento de programas sociais e defesa dos direitos humanos. Contudo, nos anos seguintes a economia começou a desacelerar, causando o aumento da inflação, provocando o afastamento de setores que antes apoiavam o governo e levando a um fortalecimento da centro-direita (STEFANONI, 2023 FERREIRA & MERCHER).

Frente o desgaste da política econômica, associado aos escândalos de corrupção envolvendo o recebimento de dinheiro pela família Kirchner oriundos de contratos de obras públicas, nas eleições de 2015 a oposição logrou vitória nas urnas com o lançamento da candidatura de Mauricio Macri, ex-presidente do clube Boca Juniors, um dos principais times de futebol do país. Embora o presidente tivesse um discurso liberal pró-mercado e de encolhimento do Estado, se mostrou temeroso ao radicalismo, mantendo programas sociais kirchneristas como o Abono Universal por Criança. Ocorre que o posicionamento do governo foi demasiadamente morno frente as expectativas da direita, fazendo com que vozes dissidentes se levantassem, como os nacionalistas-reacionários e os liberais-conservadores. Assim como seus sucessores, o governo Macri terminou com altos índices de inflação e pobreza, comprometendo sua tentativa de reeleição no ano de 2019 (STEFANONI, 2023; MORRESI & RAMOS, 2023; G1, 2018).

Com a proximidade do pleito eleitoral de 2019, Cristina Kirchner deu um importante passo na tentativa de reunificar o peronismo. Articulou uma chapa encabeçada por um antigo aliado, Alberto Fernández (ex-chefe de gabinete do governo de Néstor Kirchner). Embora Fernández tenha rompido com Cristina no passado e tecido severas críticas contra sua gestão à frente da Casa Rosada, ambos iniciaram um processo de reaproximação pessoal e política. A estratégia foi positiva, pois frustrou os planos de Mauricio Macri em permanecer na presidência da Argentina (STEFANONI, 2023).

O governo de Alberto Fernández foi marcado pela piora dos índices macroeconômicos, pela renegociação da dívida internacional com o FMI (a contragosto da vice-presidenta Cristina Kirchner, que vinha rompendo com o fundo), e pelos escândalos durante a pandemia da COVID-19 (vacinação VIP; interrupção das atividades escolares por tempo indefinido; e a realização de uma festa em alusão ao aniversário da primeira-dama, ferindo as regras de

isolamento social). A volta ao poder de um governo peronista, as medidas sanitárias tomadas pelo governo no âmbito da COVID-19, e a elevação da inflação acima de cem por cento ao ano levaram a uma intensa manifestação da direita, tanto na internet quanto nas ruas. Isso potencializou o surgimento de uma rede na qual diferentes setores simpatizantes da direita começaram a se identificar com o economista Javier Milei (STEFANONI, 2023; MORRESI & RAMOS 2023).

Javier Milei é um economista argentino que dedicou grande parte de sua vida ao ensino e a pesquisa. Controverso em suas opiniões ao longo de sua trajetória acadêmica, hoje se autointitula um anarcocapitalista teórico e um minarquista prático. Desde 2014 ele vem se destacando como comentarista e analista da área econômica, sendo convidado para participar de diversos *talk-shows* direcionados a um público não politizado, tornando-se um influenciador de direita. Sua postura cômica aliada ao estilo agressivo de criticar tanto o peronismo/kirchnerismo quanto o macrismo, o que ele chama de "casta política", rapidamente lhe garantiram um grande número de seguidores. Suas falas na TV e na internet, marcadas por um tom incendiário e *anti-establishment*, formuladas através de uma mescla entre linguagem especializada e expressões de protesto carregadas de insulto contra a esquerda, se tornaram virais nas redes sociais, ampliando ainda mais sua popularidade (MORRESI & RAMOS, 2023).

A transição de Javier Milei para a política foi quase que automática, considerando seu crescente apoio popular e seu discurso que apelava a um eleitorado insatisfeito com o *status quo*. Assim, valendo-se de sua projeção midiática, no ano de 2021 candidatou-se e foi eleito deputado federal pela coligação "*La Libertad Avanza*".

Já em 2023, se candidatou à presidência, tendo como bandeiras a defesa de um Estado Mínimo, a redução dos impostos, a privatização de empresas

estatais e a dolarização da economia. Durante grande parte de seus eventos de campanha, Milei apareceu segurando um motosserra, simbolizando que cortaria drasticamente os gastos públicos, incluindo ministérios e o Banco Central do país.

Segundo Svampa (2023) já no período de campanha Milei deixou de ser o palhaço midiático com pingos de economista, para se tornar o líder das maiorias silenciosas. Neste sentido, urge pontuarmos que o apoio ao candidato veio principalmente de setores que estavam profundamente descontentes com a situação econômica e política do país: jovens preocupados com os altos índices de desemprego, empresários cansados da alta carga tributária e do insucesso dos governantes passados no controle da inflação, além de um crescente movimento de direita que vê no Estado óbices para o desenvolvimento econômico. Além disso, sua retórica antipolítica e sua imagem de *outsider* conquistaram eleitores que buscavam uma alternativa radical ao que consideravam ser anos de má gestão e corrupção (MORRESI & RAMOS, 2023).

Deflagradas as eleições em Primeiro Turno, Javier Milei ficou em segundo lugar, recebendo 7.884.336 votos (correspondente a 29,98% dos votos válidos). Na dianteira, o candidato governista Sergio Massa obteve 9.645.983 votos (correspondente a 36,68% dos votos válidos). Ambos candidatos caminharam para o Segundo Turno, momento em que houve a virada do candidato da ultradireita: Milei foi eleito com 14.554.560 (correspondente a 55,65% dos votos válidos), contra 11.598.720 de Massa (correspondente a 44,35% dos votos válidos) (MARTINS & BALAGO, 2023).

O governo de Javier Milei, no entanto, enfrenta grandes desafios, dado a herança econômica recebida do governo de Alberto Fernández. Até o momento as principais medidas tomadas pelo presidente argentino de ultradireita consistiram na redução significativa dos números de ministérios, que no

governo anterior eram dezoito e agora sob a gestão de Milei passou para apenas nove; a demissão de diversos funcionários públicos; a desvalorização do peso argentino frente ao dólar em 50%; o cancelamento de obras públicas já licitadas; e a taxação das importações e exportações. Seus apoiadores esperam mudanças rápidas e significativas, enquanto seus críticos temem que suas políticas possam aprofundar ainda mais as desigualdades e instabilidades que assolam a Argentina (SVAMPA, 2023; LEÓN, 2023).

Independentemente dos resultados práticos na condução do país, a eleição de Milei representa a ruptura de um ciclo de governos do Partido Justicialista (peronista) e da União Cívica Radical (antiperonista), causada por uma mudança significativa na direção da política argentina, refletindo o cansaço da população com as abordagens tradicionais e uma busca por novas soluções, mesmo que essas soluções sejam controversas e radicais. Uma eventual reeleição do presidente não pode ser descartada, contudo acredita-se que o êxito no próximo pleito ficará condicionado aos desdobramentos econômicos das medidas pouco convencionais tomadas pelo presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 marcou um ponto de virada na política nacional. Isso porque Bolsonaro conseguiu aglutinar uma importante militância através de um discurso pró-segurança pública, anticorrupção e em defesa da cristandade, da família tradicional e da pátria, valores caros aos conservadores. Já na Argentina, embora a ascensão de Javier Milei também tenha sido impactante para a política do país, seguiu por um caminho um pouco diferente do caso brasileiro. O economista e comentarista midiático conseguiu captar o descontentamento popular com a crise econômica do país, marcada pela hiperinflação, pela elevação das taxas de desemprego e pelo aumento da dívida externa.

Enquanto Bolsonaro se enveredou pela defesa dos valores morais e pela segurança pública, como o combate a ideologia de gênero, a defesa do projeto “Escola Sem Partido” e a redução da maioria penal para 16 anos, Milei se destacou por suas posições econômicas ultraliberais, propondo a redução do Estado através de uma política de diminuição do número de ministérios, demissão de funcionários públicos, a criação de *vouchers* para acesso da população a serviços ligados à saúde e educação, bem como a privatização de empresas públicas (NOBRE, 2022, DIEGUEZ, 2022; MILEI, 2024).

Lado outro, uma convergência nas estratégias de ambos os representantes da ultradireita foi o uso das redes sociais. Tanto Bolsonaro quanto Javier Milei contaram com uma militância forte e compromissada que ocupou os espaços digitais, organizando e impulsionando conteúdos, seja em defesa de seus candidatos, seja para deslegitimar os adversários, especialmente via *Facebook* e *WhatsApp*. Essas plataformas permitiram o compartilhamento rápido e eficiente de informações, alcançando uma vasta quantidade de pessoas em uma pequena fração de tempo.

No que tange a relação do Chefe do Executivo dos dois países com as instituições democráticas, urge destacar as particularidades em cada caso. No Brasil, a relação entre Bolsonaro e as instituições democráticas foi marcada por tensões constantes, com frequentes confrontos com o judiciário, com a mídia tradicional (especialmente com a Rede Globo) e com o legislativo. Bolsonaro frequentemente criticou as instituições por supostamente obstruírem suas reformas e por serem dominadas por elites corruptas, inclusive ameaçando não renovar concessões de rádio/TV e a articulação para destituição de ministros do STF.

Na Argentina, as respostas das instituições à candidatura de Milei ainda estão em desenvolvimento, mas o ambiente político já evidencia sinais de estresse. Embora o presidente tenha conseguido mobilizar uma base

significativa de apoio, também vem enfrentando resistência de setores políticos tradicionais, que enxergam suas propostas como algo pernicioso para o futuro, capaz de levar a Argentina ao fundo do poço.

Em suma, as eleições da ultradireita no Brasil e na Argentina compartilham algumas características comuns, como a rejeição à política tradicional e o uso estratégico das redes sociais, mas também são marcadas por diferenças significativas em termos de contexto econômico, de base ideológica e respostas institucionais.

Ademais, a ascensão dos governos de ultradireita no Brasil e na Argentina evidencia um fenômeno que merece análise cuidadosa e vigilância constante. Em ambos os países, líderes de perfil extremado conseguiram mobilizar importantes setores da sociedade ao apelar para um discurso nacionalista, conservador e, em muitos casos, autoritário. Essa retórica, que promete o combate à corrupção e o retorno à ordem, ressoa profundamente em populações desgastadas pela insegurança econômica e pela descrença nas instituições políticas tradicionais.

Nesse ínterim, a ascensão de lideranças de ultradireita representa uma ameaça concreta à democracia na região. O discurso extremado, muitas vezes marcado por ataques à imprensa, ao judiciário e a outras instituições democráticas, pode pavimentar o caminho para rupturas institucionais. Além disso, a implementação de políticas autoritárias por esses governos pode resultar na revogação de direitos civis e na supressão das liberdades individuais, retornando a um cenário semelhante aquele experimentado tanto pelo Brasil quanto pela Argentina durante as décadas de 1970 e 1980, retornando a um passado que não cabe saudosismos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3ª Ed. São Paulo: Unesp, 2012.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CHACRA, Gustavo. **Relatório aponta corrupção de até US\$ 3,2 bi no governo de Menem**. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 de julho de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3107200004.htm> Acesso em: 20 ago. 2024

DIEGUEZ, Consuelo. **O Ovo da Serpente: nova direita e bolsonarismo – seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA, Ana Paula; MERCHER, Leonardo. **História Política Comparada da América Latina**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

G1. **'Cadernos das propinas': entenda o escândalo pelo qual Cristina Kirchner é investigada na Argentina**. Portal G1. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/23/cadernos-das-propinas-entenda-o-escandalo-pelo-qual-cristina-kirchner-e-investigada-na-argentina.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LEÓN, Lucas. **Entenda as possíveis consequências do pacote econômico de Milei**. Agência Brasil. Brasília, 17 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/entenda-possiveis-consequencias-do-pacote-economico-de-milei>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MARTINS, André; BALAGO, Rafael. **Resultado da eleição na Argentina: Javier Milei ganha e será novo presidente**. Exame. São Paulo: 19 de novembro de 2023. Disponível em:

<https://exame.com/mundo/resultado-da-eleicao-na-argentina-milei-vence-na-espanha-e-italia-massa-ganha-na-franca/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MILEI, Javier. **Viva a Liberdade, carajo!**. Tradução Tiago Pavinatto. São Paulo: Edições 70, 2024.

MORRESI, Sergio; RAMOS, Hugo. **Apuntes sobre el desarrollo de la derecha radical en Argentina: el caso de “La Libertad Avanza”**. Cad. CRH 36, 2023.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Polity, 2019.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A Eleição Disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

REBOSSIO, Alejandro. **A Justiça absolve o ex-presidente De la Rúa num escândalo de suborno**. El País. Buenos Aires, 23 de dez. 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/internacional/1387833636_943514.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

SALLUM JR., Brasílio. **Federação, autoritarismo e democratização**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP-SP, 1996.

SVAMPA, Maristella. **Milei y la crisis argentina**. Nueva Sociedad, agosto 2023.

STEFANONI, Pablo. **Peinar el 2001 a contrapelo: del «Argentinazo» a la nueva derecha**. Nueva Sociedad nov/dezembro, 2023.

TSE. **Resultado das Eleições**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>. Acesso em: 21 ago, 2024.

OBSERVAÇÕES OU AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio por meio da bolsa de fomento concedida a ambos pesquisadores.